



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO DA 2.ª COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

Presidente: Ex. ^{mo} Sr. Albertino Bragança

Secretário: Ex. ^{mo} Sr. Adlander Matos

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 14 horas e 5 minutos.

A 2.ª Comissão Especializada Permanente apreciou e aprovou, na especialidade, o orçamento do Ministério da Defesa e Segurança Pública. Fizeram uso da palavra, além do Sr. Ministro da Defesa e Segurança Pública (Carlos Stock) e o seu Assessor (Tenente-Coronel Marçal Lima), os Srs. Deputados António Barros (MLSTP/PSD), Gil Costa (PCD), Sebastião

Santos (PCD), José Viegas (MLSTP/PSD), Delfim Neves (PCD), Octávio Boa Morte (ADI), António Ramos (MLSTP/PSD) e Levy Nazaré (ADI).

O Sr. Presidente encerrou a reunião às 15 horas.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que vamos dar continuidade ao nosso trabalho de discussão do OGE na especialidade.

Eram 14 horas e 5 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Accção Democrática Independente (ADI):

Alexandre da Conceição Guadalupe
Isabel Mayza Domingos
Octávio da Costa de Boa Morte Fernandes
José António do Sacramento Miguel

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

António Neves Sacramento Barros
António da Trindade Afonso Ramos
Dionísio Fernandes Leopoldino
Gaudêncio Costa

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Gil Mascarenhas Costa

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro da Defesa e Segurança Pública, seja bem-vindo. Sugeria que nos brindasse com algumas informações que consubstanciaram, digamos assim, a celebração do orçamento do seu Ministério e depois passarei a palavra aos Srs. Deputados, para poderem fazer as suas intervenções.

O Sr. Ministro da Defesa e Segurança Pública (Carlos Stock): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, boa tarde.

Sr. Presidente, quero dizer que o Ministério da Defesa e Segurança Pública, como organismo do Estado, comporta duas instituições, sendo uma delas a Defesa, que são as Forças Armadas, e a outra que são os Serviços e Forças de Segurança, compostos dos seguintes órgãos: a Polícia Nacional, os Serviços de Migração e Fronteiras, os Serviços de Informação ou Inteligência, a Polícia Fiscal e Aduaneira, os Serviços Nacionais de Protecção Civil e Bombeiros e o Comando Autónomo dos Dirigentes Pessoais do Estado.

Bom, eu quero dizer aos Srs. Deputados que, em termos comparativos, o orçamento de 2011 foi totalmente exíguo para cumprirmos com aquilo que tínhamos programado, isto tendo em conta que desde o princípio desta discussão do nosso orçamento, o Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo teve a oportunidade de explicar, de forma muito clara, os motivos que levaram ao não cumprimento de muitas das obrigações que alguns ministérios tinham no decorrer do ano.

Este orçamento para o ano de 2012, no que se refere ao Ministério da Defesa e Segurança Pública, em relação ao de 2011, é dos melhores, para nós. Assim conseguiremos cumprir algumas das actividades que temos em carteira, por outras palavras, algumas realizações, por isso, em termos de investimentos, estão orçados 27,5 mil milhões de dobras, portanto, em termos de despesa corrente, e para o investimento temos 8,6 mil milhões de dobras.

Portanto, havendo dinheiro para todo esse efeito, então conseguiremos cumprir com o programado.

Não conheço a filosofia que estão a utilizar para este debate, mas isto é o que eu tenho para vos dizer, aguardando as questões que Srs. Deputados queiram colocar ou fazer referência acerca do nosso orçamento.

O Sr. Presidente: — Passo a palavra aos Srs. Deputados que se queiram se pronunciar.
 Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros, para uma intervenção.

O Sr. António Barros (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, boa tarde.

Sr. Ministro, no orçamento de 2011 havia uma verba para a reabilitação de um edifício na Região Autónoma do Príncipe. Não sei se olhei mal, mas não vejo aqui essa verba, que era de 1 bilião. Portanto, não notei na Região qualquer movimentação nesse sentido e eu gostaria de obter uma explicação, porque essa verba simplesmente neste orçamento de 2012 já não consta.

O Sr. Presidente: — O Sr. Ministro quer prestar algum esclarecimento?

O Sr. Ministro da Defesa e Segurança Pública: — Sr. Deputado António Barros, o orçamento deste ano é que fazia referência à reabilitação do Comando do Príncipe, mas essa verba já foi retirada e nós, para o próximo ano, se tudo correr da forma como está previsto, daremos início à reabilitação do Comando do Príncipe. Essa verba já foi retirada e está numa conta pendente, para darmos início aos trabalhos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa, para uma intervenção.

O Sr. Gil Costa (PCD): — Sr. Presidente, a minha intervenção é mais em termos de esclarecimento, já que estamos na especialidade e os Ministros estão cá para nos esclarecerem.

É com muita satisfação realmente que eu vi, na TVS, o Comandante das Forças Armadas, depois de um encontro com o Presidente da República, dizer que o sector vai bem. Se calhar, a interpretação da minha intervenção poderá ser outra, mas é só com o espírito de ajuda, pensando um pouco naqueles que precisam realmente e que sofrem. É um assunto que eu já havia partilhado com um membro do Governo e eu gostaria de apelar à flexibilidade do Sr. Ministro da Defesa. É uma situação que tomei conhecimento, que briga com os seguranças dos dirigentes. Tomei conhecimento de que o efectivo que faz segurança no condomínio onde mora o Sr. Primeiro-Ministro, no momento de repouso, fica a sol e chuva ou à mercê de mosquitos. Eu gostaria que o Sr. Ministro visse a possibilidade de arranjar pelo menos uma tenda para os albergar.

Estou a falar na qualidade de Deputado, representante do povo e estou a colocar uma reclamação legítima de uma pessoa que está a sofrer e me pediu. Temos que ser humanos!

É verdade que estando a fazer o serviço de segurança não se pode dormir, mas há troca de turnos. Temos que entender isso. Mesmo quem está de repouso está também em alerta.

Coloco isso à consideração do Sr. Ministro. Não estou a exigir, é um apelo, em nome dessas pessoas que estão a sofrer e, portanto, cabe ao Governo fazer a sua política, se vai ou não atender a essa questão.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro, para prestar esclarecimentos.

O Sr. Ministro da Defesa e Segurança Pública: — Sr. Deputado, obrigado por colocar esta questão, mas eu queria dizer a todos os Srs. Deputados que é verdade que pouca gente me conhece como pessoa de Stock. Quero dizer-lhe uma coisa: aceitei fazer parte deste Governo pelo facto de ser uma pessoa que sempre andou contra determinadas questões deste país e sou um Ministro que se preocupa bastante com aqueles que me rodeiam, sobretudo hoje que sou Ministro da Defesa e Segurança Pública.

Tenho que dizer que o que o Sr. Deputado está a dizer não corresponde à verdade, porque por aquilo que já vi, o pessoal que assegura o Sr. Primeiro-Ministro, pelo menos pelo que eu saiba, não está debaixo da chuva nem tão-pouco do sol. Se fala da residência pessoal do Sr. Primeiro-Ministro, isso não corresponde à verdade e se estiver a falar do condomínio onde ele está actualmente, também não corresponde à verdade.

Deixe-me dizer-lhe o seguinte: a regra dita que eu próprio que estou cá como Ministro também tenho direito a seguranças na minha residência. Fui obrigado a preparar condições para que esses indivíduos pudesse lá estar. Têm um espaço condigno e aqueles que fazem o serviço de guarda-nocturno, havendo chuva, têm onde se albergarem e quando estão de serviço ficam no interior de uma casa a descansar até o momento do turno. Se eu que tenho menos condições faço isso, penso que o Sr. Primeiro-Ministro não iria pôr os seus homens numa situação péssima.

Vou registar essa situação, procurar inteirar-me e se corresponder à realidade eu próprio direi ao Sr. Primeiro-Ministro que isso não pode continuar assim. «Se é que», porque não vou utilizar o termo «mentira», porque não estou dentro, mas vou me inteirar.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Sebastião Santos, para uma intervenção.

O Sr. Sebastião Santos (PCD): — Sr. Presidente, durante a intervenção do Sr. Ministro, não percebi bem uma informação que deu. Falou relativamente a uma determinada verba que está num fundo especial. Pode explicar-me isso melhor?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro, para prestar esclarecimentos.

O Sr. Ministro da Defesa e Segurança Pública: — É o seguinte: a pergunta que o Sr. Deputado António Barros fez é que em 2011 tínhamos alocado uma verba para a reabilitação do Comando Regional da Região Autónoma do Príncipe e acontece que essa mesma verba não está disponível.

É verdade que no orçamento de 2012 não vem nada a especificar a continuidade ou o início dessa reabilitação, mas quero dizer que essa verba está alocada para esse efeito este ano de 2011 e só não iniciamos os trabalhos pelo constrangimento que o próprio Sr. António Barros conhece, do Príncipe em si. Por isso não iniciamos e é uma obra que a nossa engenharia é que está indicada para efectuar. Portanto,

esse dinheiro existe, encontra-se no Tesouro e a qualquer momento, quando tivermos que dar início aos trabalhos, vamos lá buscar.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas, para uma intervenção.

O Sr. José Viegas (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, ouvi a explicação do Sr. Ministro, mas não ficou muito claro. Quer dizer, foi uma actividade programada para 2011, mas os constrangimentos havidos levaram a que a obra não fosse realizada. Vem nas GOP de 2012? Está lá como actividade? Ora diz a Lei do SAFE que, não estando lá, e entendo também que não está orçamentado, como é que o senhor vai executar isso em 2012? Depois de as condições serem criadas, como é que o senhor irá fazer isso?

O Sr. Ministro da Defesa e Segurança Pública: — Quer dizer, nós projectámos tudo para que até o final do ano pudéssemos iniciar as nossas actividades. Essa verba já está transferida.

O Sr. José Viegas (MLSTP/PSD): — Sr. Ministro, espero ser esclarecido, porque Vossa Excelência é da área jurídica, mas deixe-me dizer-lhe que o entendimento que eu tenho em relação a isso é que a Lei do SAFE não recomenda esse tipo de expediente.

O Sr. Ministro da Defesa e Segurança Pública: — Sr. Deputado, é assim: segundo as informações que eu tenho agora do Sr. Director do Orçamento, essa verba não foi tirada ainda. Eu pensei que ela já tivesse sido transferida. É uma verba destinada a nós, já vem e a qualquer momento poderemos fazer isso. Vamos fazer as démarches.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, alguém está a conduzir os debates, mas se os senhores repararam as últimas intervenções nem sequer esperaram que eu lhes desse a palavra. Parece que houve um bate-papo directo entre o Sr. Deputado José Viegas e o Sr. Ministro. Eu agradecia francamente que houvesse alguma ordem, para as coisas funcionarem bem.

Dito isto, dou a palavra ao Sr. Ministro.

O Sr. Ministro da Defesa e Segurança Pública: — Era só para deixarmos isso bem claro. Essa verba já devia ter saído. Eu, por acaso, há muito que tinha dado orientações aos serviços que se movimentassem a fim de essa verba ser transferida do Tesouro para uma conta que temos a nível das Forças Armadas para esse efeito.

Como o trabalho que é feito pela Engenharia Militar não é feito através de concursos públicos e tudo mais, essa verba, por acaso, estou a saber agora que não foi ainda transferida, mas o ano ainda não terminou e a todo o momento podemos resolver essa situação.

O Sr. Presidente: — Agradeço o Sr. Ministro pela sua explicação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. Delfim Neves (PCD): — A explicação foi dada mas, sobre essa questão, tratando-se de uma empresa, digamos, interna do Ministério da Defesa, que é a Engenharia Militar, para se fazer as obras, se eventualmente não vão gastar toda a verba este ano, devia-se inscrever essa verba como parte a transferir para o próximo ano, porque mesmo que iniciar hoje, de certeza absoluta que não vão gastar toda a verba até o dia 31 de Dezembro. Daí que para cumprirmos as formalidades, seria bom inscrever-se a transferência da parte de verba que vai continuar as obras no próximo ano.

Pela decisão da Comissão e também os termos regimentais fazem-me levantar sempre, em todos os ministérios, a mesma proposta, que eu já disse, é uma questão transversal. Tem a ver com as despesas de missões para o exterior. No ano em curso, o Ministério tinha uma despesa programada, salvo o erro, de Dbs. 712 775 028 68 (setecentos e doze milhões, setecentos e setenta e cinco mil, vinte e oito dobras e sessenta e oito céntimos. Deve ser isso. No entanto, para 2012, está programado um acréscimo de cerca de Dbs. 300 milhões. Porque estamos a propor que todos os ministérios façam uma contenção em termos de despesas com viagens, gostaríamos também de fazer o mesmo para este Ministério.

O Sr. Ministro da Defesa e Segurança Pública: — Sr. Deputado Delfim Neves, não vejo problema nenhum em concordar consigo, mas as Forças de Defesa e Serviços de Segurança têm muitas missões e exercícios para os quais temos que muitas vezes pedir apoio aos países vizinhos. Quero dar-lhe um exemplo muito simples. Nós temos um exercício anual que chamamos Exercício Felino, em que praticamente sai do País um contingente de homens. Só a saída desses homens ao exterior custa um balúrdio, cerca de 400 e tal milhões de dobras e muitas vezes nós só participamos com a ajuda de Angola e às vezes do Brasil.

Este ano tínhamos dois exercícios para fazer, porque havia um exercício de 2010, o qual não foi realizado e passou para 2011. Um exercício de 2011 que devia ser também realizado este ano. Por sorte só

se realizou um exercício de 2010 e ainda não sabemos qual será a decisão do próximo no que diz respeito a esse exercício. Por regra, quando se sai para esse exercício, tem-se que levar os víveres, a alimentação. Eu pergunto: alguma vez São Tomé e Príncipe levou? Nunca! Andamos a pedir. Eu quero dizer-vos que não é o meu género fazer isso, mas hoje o faço, porque estou na qualidade de Ministro. Senão não o faria, porque para nós é uma vergonha ter que estar a pedir para alimentar os nossos homens, enquanto estão no exercício, e nos estarem a dar boleia para participarmos no exercício.

Por isso, eu quero vos dizer, no que disser respeito ao capítulo «Viagens», não é o Ministro quem as faz. Como Ministro, tive a sorte de viajar duas vezes este ano, porque as duas reuniões coincidiram com o mês de Novembro e Dezembro. De resto, esse valor não é para o Gabinete do Ministro nem para o Ministro, mas sim para as nossas missões.

Temos as missões da CPLP, da Comunidade Económica dos Estados de África Central (CEEAC) e temos formações para os nossos homens.

Ultimamente não participamos em alguns exercícios só porque não temos verbas. Quando cheguei, ouvi debates fortes sobre a questão de corte da verba para viagens e peço-vos encarecidamente, no que disser respeito ao Ministério da Defesa e Segurança Pública, que não o façam. Mesmo com as dificuldades em que o País se encontra, não o façam. E este o meu pedido. Se é que temos que cumprir com aquilo que as nossas obrigações nos exigem, não o façam. Senão, não estaremos à altura de responder e, por isso, São Tomé e Príncipe tem ficado para trás.

O Sr. Presidente: — Agradecemos o Sr. Ministro por esse esclarecimento. O Sr. Ministro lançou um apelo à consideração dos Srs. Deputados e acho que todo o apelo de bom senso tem que ter alguma flexibilidade. Não sei qual seria a opinião dos Srs. Deputados, mas eu pediria a todos para reflectirmos um pouco sobre esse pedido e, porque não estendermos as mãos a essa solicitação? Especificamente por ser Forças Armadas e pelo argumento que o Sr. Ministro apresentou. Apenas isso.

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves, para uma intervenção.

O Sr. Delfim Neves (PCD): — Sr. Ministro, confesso que o seu argumento me convenceu, mas encontro uma inconveniência na descrição das despesas. Não encontro o Exercício Felino. Não estando cá, significa que não está inscrito, isso no aspecto da descrição geral das despesas. Se estiver, tudo bem, se não estiver, não podemos fazer nada.

O Sr. Presidente: — O Sr. Ministro quer prestar algum esclarecimento?

Tem a palavra.

O Sr. Ministro da Defesa e Segurança Pública: — Sim, Sr. Deputado. Quando nós falamos de missões no exterior, nós aqui não discriminamos aquilo que vamos fazer. Não se discriminou, porque as missões são coisas que surgem. Eu posso dizer perante vós que para o 2012 é possível que não haja nada, mas também não depende de nós. A nível externo, os países reúnem-se e se entenderem que isso tem que ser realizado, temos que responder. Podemos também dizer que São Tomé não tem dinheiro e não vai participar e fica. Pronto! Mas há exercícios que não podemos faltar: o exercício da CPLP, da CEEAC, até nem falei do outro, o ENDOVAN, o OBANGAMY, são exercícios que temos que participar e que de vez em quando São Tomé e Príncipe fica mal pelo facto de não poder estar presente.

Houve «n» reuniões, em que o Ministro não pôde participar e que põe de lado o País.

Tenho um para ir dentro de dias, mas não posso ir. Estarão lá todos os Ministros da CEEAC, em Djamina, e eu não posso ir. Porquê? Não há um tostão para poder sair.

É nesse contexto que eu falo e não é meu estilo também utilizar «encarecidamente», porque eu não peço isso a ninguém, mas estou a pedir em nome das Forças de Defesa e Segurança Pública. É só nesse sentido.

O Sr. Presidente: — Obrigado Sr. Ministro por mais esse esclarecimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Boa Morte.

O Sr. Octávio Boa Morte (ADI): — Gostaria que o Sr. Ministro me esclarecesse se por acaso esta cá a verba, porque desde o XII Governo que o Ministério da Defesa tenta reabilitar o Posto de Polícia do Distrito de Lembá e, pelo que eu sei, até agora aquilo não está ainda remodelado. Pelo facto de eu não ver a verba dita claramente que é a reabilitação do edifício do Comando Distrital de Lembá, pode ser que esteja cá, mas não tão explícito. É por isso que eu gostaria que me pudesse explicar se a verba está cá.

É um edifício que não se encontra em bom estado e isso não significa o Comando da Polícia Distrital e os polícias que prestam lá serviço, porque aquilo está mal, a começar pelas janelas, portas, além de fissuras nas paredes. Até digo que aquilo não é considerado um espaço condigno para o tipo de trabalho que se faz lá. E o facto é que desde o XII Governo até agora não conseguiram resolver esse problema.

Gostaria que o Sr. Ministro me explicasse se há alguma verba cá mencionada destinada a esse fim ou não.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Octávio acabou de fazer uma pergunta dirigida ao Sr. Ministro da Defesa.

Sr. Ministro, tem a palavra.

O Sr. Ministro da Defesa e Segurança Pública: — Sr. Deputado, vou pegar numa frase dita aqui pelo Sr. Primeiro-Ministro que diz o seguinte: «Nós, às vezes, somos obrigados a ser um pouco maleáveis e humildes, para conseguirmos resolver alguns problemas do nosso país.

Sr. Deputado, este país, que é nosso, o senhor mais do que ninguém sabe, só o sei agora porque estou no Governo, é um País em que só temos 7% do PIB. Se formos dividir os 7% pelo número de habitantes que temos, de certeza que isso não é nada.

Vivemos de ajudas externas. Muitas actividades que colocamos no orçamento, para a sua consumação, é necessário que nos desloquemos em busca de dádivas, de ajudas externas.

Essa preocupação que o senhor colocou também é minha, porque eu já visitei o próprio comando e vi a situação em que está.

No ano passado, contávamos com a ajuda da Líbia, da Guiné Equatorial e da Nigéria, para algumas questões nossas ligadas às Forças Armadas e Forças de Serviços de Segurança. Infelizmente não conseguimos. Este ano também não fizemos menção, porque temos a consciência de que pela crise mundial torna-se difícil irmos buscar dinheiro para suportar essas actividades, esses projectos. Não fizemos menção para 2012, mas não quer dizer que está afastada a ideia de tentarmos reabilitar o mesmo edifício. Vamos ver, ao longo de 2012, é possível que surja algum país que nos possa apoiar.

É aí que também vem a questão de verbas para viagens, porque, internamente, nenhum de nós pensa que as coisas caem do céu. Temos que ir buscá-las. É nesse sentido que eu digo que não está esquecido do nosso lado, só que utilizamos aqui na nossa gíria «não temos cacau, mas vamos sempre esperando dias melhores.»

O Sr. Presidente: — O Sr. Ministro já avançou com a sua explicação, mas como eu tinha dito no início, vamos respeitando as pessoas que vão pedindo a palavra e, nesse sentido, tem a palavra o Sr. Deputado António Ramos.

O Sr. António Ramos (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, queria fazer uma proposta. Atendendo que a explicação do Sr. Ministro em relação às missões, quase toda a gente sentiu que realmente há necessidade de uma pequena coerência, se estamos a cortar em todos os ministérios, seria bom que mantivéssemos a verba de 2011 e à verba que propuseram para 2012 daríamos um nome especial. Ou seria destinada à operação felino ou a qualquer outra coisa. Vai manter, mas daríamos um verdadeiro sentido a essa verba.

É esta a minha proposta.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. Ministro da Defesa e Segurança Pública: — Sr. Presidente, se me permitem, vou utilizar um termo que é assim: normalmente os Ministros de Defesa e Segurança Pública não falam muito. Vêm e colocam as coisas como são e decidimos, mas como estamos num exercício tenho que tentar dar explicações e tentar convencer as pessoas para que as coisas saiam da melhor forma possível.

Quero dizer ao Sr. Deputado António que eu mantenho a posição de que é preciso observarem a explicação que eu dei cá no que concerne ao capítulo «Viagens». Elas estão cá porque são necessárias, porque se não cumprirmos com algumas exigências, volto a dizer, São Tomé fica para trás.

Chega! Parem! Deixem as coisas acontecerem para funcionarem bem! Não vale a pena complicarmos. Posso dar-vos um exemplo muito simples e até um pouco vergonhoso para nós.

Estive há dias em Angola numa missão, vi e tentei comparar com a minha terra, apeteceu-me chegar a São Tomé e dizer ao próprio Chefe do Governo que já não quero ser Ministro. Não podemos continuar assim.

Quero dizer que há necessidade, não é necessário usar truques. O truque aqui não é ofensa, é dizer às pessoas que há necessidade e, se há necessidade, vamos conceber e vamos mentir. Eu não sou homem de truques, por isso, se puderem e se entenderem que ela deve ficar, fica, se entenderem que não, está nas vossas mãos. Depois, nós todos responderemos por isso.

Era só isso que eu queria dizer.

O Sr. Presidente: — Obrigado, Sr. Presidente, por este esclarecimento.

Queria fazer um apelo aos Srs. Deputados, porque estamos a ultrapassar o horário programado. Devíamos hoje terminar às 14 horas e 30 minutos e já estamos por volta das 13 horas e 40 minutos. Portanto, faço um apelo nesse sentido. Nós tínhamos previsto que ia haver uma pequena interrupção para o lanche. Não sei se o fazemos agora ou aguardamos para o fim. Sendo assim, Srs. Deputados, enfim, acho que já houve muitas intervenções e vou dar a palavra a mais alguns Srs. Deputados.

Neste sentido, tem a palavra o Sr. Deputado Sebastião Santos.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Sr. Presidente, ouvi atentamente o Sr. Ministro, mas de facto há duas questões. Quando aparece aqui «deslocações» é de todo desejável que se especifique, sobretudo a questão que tem a ver com a Operação Felino e outras questões doutra natureza. Elas são tão fortes que, inclusive, não basta só orçamentar, como é preciso uma autorização da Assembleia Nacional para que a deslocação se faça. Por isso, pela própria Lei do SAFE, se não especificarmos, ficaremos muito no ar, porque Felino vem sendo feito durante esses anos todos.

Quanto é que custa a Operação Felino? Quanto é que ficam as outras operações?

É preciso quantificar. Não estando quantificados, fica difícil deixar apenas em aberto.

Se não conseguirmos quantificar agora, se não conseguirmos inscrever, sabemos que é uma actividade, porque em função disso vai-se fazer a fiscalização, então teríamos que usar um outro mecanismo, que é aquando da realização do Exercício Felino ou daquela actividade que carece da autorização da Assembleia Nacional, porque há muitas outras implicações que o Sr. Ministro não disse aqui, mas se alguma coisa acontecer lá, como é que fica? A coisa é muito mais complexa. Se calhar, naquela altura, faríamos menção de um orçamento rectificativo para a questão. Ou somos capazes agora de quantificar e saímos com a consciência de que não, a deslocação que estamos a tentar manter é para o Exercício Felino, é para determinadas coisas e não outras deslocações, porque como está em aberto fica tudo pouco claro, ou então, e esse deve ser o compromisso da Assembleia, o Governo concomitantemente com a solicitação que fizer, deve trazer um orçamento rectificativo para este caso em concreto.

Esta é a colaboração que gostaríamos de dar.

Sr. Ministro, já agora, insisto que se inscreva a tal realização do Príncipe no OGE deste ano, na execução de 2012, porque sem isso o Sr. Ministro estará vedado de utilizar essa verba.

O Sr. **Presidente**: — Agradeço o Sr. Deputado pela contribuição e proposta. Vou passar, de seguida, a palavra ao Sr. Ministro para se pronunciar sobre isso.

O Sr. **Ministro da Defesa e Segurança Pública**: — Há questões que são mais técnicas e eu vou pedir ao meu colaborador, assessor, que me apoie a explicar melhor a questão.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, a proposta está aceite.

Tem a palavra o Sr. Tenente-coronel Marçal Lima.

O Sr. **Tenente-coronel** (Marçal Lima): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, bom dia.

De facto, a questão que o Sr. Deputado Sebastião Santos levantou é pertinente. Os exercícios têm um formato que depende do contingente que participa. No quadro da CPLP, o chamado Exercício Felino, os países têm a incumbência de participar com um contingente, no mínimo, de uma companhia de homens. Uma companhia contempla 90 a 100 homens, mas temos vindo a participar apenas só com um pelotão reforçado, porque o montante é exígua. O Exercício Felino custa em média 480 milhões de dobras.

No quadro da CPLP, o Exercício Felino é feito uma vez por ano; fazemos no quadro da CEEAC um exercício com os 11 países da Comunidade; também fizemos o último Exercício Kwanza, em 2010, que andou à volta dos 386 milhões de dobras. Cada país devia levar um batalhão, 300 homens.

Temos no quadro da CEEAC a incumbência de montar, até 2012, 5 mil milhões de homens em efectivo permanente para situação de calamidade, de catástrofe ou de emergência na região central africana. São 5 mil milhões de homens (mulheres e homens) ao todo.

Estamos a participar só com cerca de 40, 30, 25 homens. Quer dizer, não atingimos o mínimo necessário para aquilo que é o desejável para que São Tomé e Príncipe se faça representar, porque o montante que está aqui é profundamente exígua para cobrir as despesas. Até porque vamos de boleia de S. Exa. o Ministro do Brasil para Angola, porque só em viagens seria colossal.

Para terminar, o montante é profundamente exígua para as despesas e é bom que São Tomé e Príncipe se faça representar ao nível regional. Temos engajamento a esse nível e é bom que São Tomé e Príncipe esteja lá, quer no quadro da CPLP, quer no quadro da sub-região em que estamos inseridos. Isso permite que tenhamos uma participação efectiva no combate à pirataria no Golfo da Guiné. O Exercício Obangamy é um deles. Há sinais já de pirataria no Golfo da Guiné.

Já houve navios nossos que foram raptados pelo Golfo da Guiné, porque nós pertencemos à zona D, que inclui Gabão, Guiné Equatorial, São Tomé e Príncipe e Camarões. São esses quatro países que pertencem à zona D e temos que ter efectivos para poder participar nesses exercícios que harmonizam a conduta e o modelo de actuação para fiscalizar a zona.

Não entramos com meios navais, mas entramos com meios de sistema de vigilância marítima e nesse sentido temos que ter financiamento para que os nossos homens participem nessas acções. A verba a elas destinadas, sinceramente, não é suficiente.

É apenas isso que gostaria de esclarecer.

O Sr. Presidente: — Portanto, após essa explanação, passo a palavra ao último Deputado inscrito. Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. Levy Nazaré (ADI): — Sr. Presidente, a minha intervenção é no sentido de apelar aos Deputados da Comissão para terem em conta os argumentos aqui apresentados, quer pelo Sr. Ministro, quer pelo Sr. Tenente-coronel, que na minha opinião são argumentos mais que válidos para uma área tão sensível como a Defesa Nacional e a Segurança Pública.

Mesmo que exista um sentido de reduzir em todos os sectores, e foi dito no argumento da proposta inicial, todos os sectores, todos os Ministérios, depois de ouvir esses argumentos, faço um apelo no momento da votação para ter-se em conta os argumentos aqui apresentados.

Digo isso, mais uma vez, para reforçar a minha intervenção anterior de que nós devemos, nas nossas tomadas de decisão e votação, ouvir os argumentos dos Ministros, porque se não ouvirmos e votarmos cegamente sempre contra, não chegaremos lá.

É o apelo que faço aos argumentos apresentados.

O Sr. Presidente: — Ouvimos a explanação do Sr. Tenente-coronel sobre a constituição do orçamento e da verba alocada para as deslocações. Eu pessoalmente acho que são argumentos válidos e caberá aos Srs. Deputados tirarem as ilações, digamos assim, disso tudo.

Vamos ouvir então a proposta do Sr. Deputado Delfim Neves, antes de passarmos à votação.

O Sr. Delfim Neves (PCD): — É que há duas propostas que devem ser argumentadas e depois retiradas ou mantidas.

Como eu já disse atrás, os argumentos me convencem, mas que fique bem claro que ninguém está aqui convencido, porque se trata de militares ou polícias. Não é nada disso!

Isso é transversal, toda gente deve fazer sacrifícios. Isso tem que ser claro.

Os argumentos que me convenceram são os do Sr. Ministro da Defesa e do seu Assessor.

A verba vai manter, mas há uma proposta de inscrever, porque de outra maneira também não pode. É que não vemos cá nada sobre os exercícios. Só está viagens. Portanto, é tudo um pacote.

Agora, para não haver dúvidas, acho que a proposta que o Sr. Deputado António Ramos fez convence. Manter para missões ao exterior o valor do ano em curso, a diferença de 287 224 000 milhões de dobras, que não é tanto também, não é por aí, manter também este montante, mas com uma descrição clara que é para exercícios. Que fique bem claro. Não é preciso pôr que exercício se trata, mas que se ponha apenas exercício militar no exterior, para ficar mais claro.

O Sr. Presidente: — Está entendido, Sr. Deputado.

Agora quero saber da parte do Sr. Ministro se concorda com esta proposta.

Tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. Ministro da Defesa e Segurança Pública: — Sr. Presidente, tudo que daqui sai é válido. A única coisa é nós tentarmos encontrar a forma de enquadrar. Portanto, vamos ver a questão, temos aqui o Sr. Ministro das Finanças, vamos tentar ver como enquadrar isso.

Eu gostaria que as coisas ficassem bem claras que o que está cá inscrito se mantém, só teremos que saber como enquadrar.

O Sr. Presidente: — A proposta do Sr. Deputado foi nesse sentido, portanto, manter o valor e fazer a correcção para melhor inscrição dessa verba no orçamento.

O orçamento do Ministério da Defesa está aprovado, apenas vai sofrer algumas correcções.

Dito isto, dou por encerrada esta sessão de hoje, agradeço a todos os Srs. Deputados e amanhã agradecia a presença de todos cá, na hora marcada, às 8 horas e 30 minutos, para podermos iniciar os nossos debates e podermos avançar com os trabalhos.

Eram 15 horas.